COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Companhia de Capital Aberto

CNPJ nº 15.144.017/0001-90
Certificado GEMEC RCA-200/76-024
AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

LUCRO LÍQUIDO - O lucro líquido do exercício foi de R$ 9.311 mil, que após acréscimo de dividendos prescritos no total de R$ 232 mil, do ganho sobre o aumento de participação em coligada de R$ 30 mil, da baixa de redução ao valor recuperável de ativos reavaliados de R$ 237 mil, da realização da reserva de reavaliação no valor de R$ 1.430 mil e da realização líquida de tributos da oscilação cambial de investimento no exterior de R$ 2.421 mil, resultou no montante de R$ 13.661 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: dividendo mínimo obrigatório R$ 3.415 mil; dividendo adicional proposto R$ 46 mil; e retenção de lucros R$ 10.200 mil, conforme orçamento de capital.

Além disso, tendo em vista a realização no exercício de 2021 de parte de lucros de exercícios anteriores destinado à reserva de lucros a realizar, a Administração propõe o pagamento de dividendos no montante de R$ 4.749 mil, juntamente com o dividendo demonstrado acima.

Considerando que a Companhia já aplicou os valores vinculados aos projetos de investimentos baseados nas reservas de retenções de lucros apurados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2020, previstos no orçamento de capital aprovado em AGO em 2021 no valor de R$ 33.751 mil e visando capitalizar a Companhia o referido montante será mantido na reserva de lucros até posterior deliberação.

SETOR DE SEGUROS - O setor de seguros até dezembro de 2021, sem saúde e sem DPVAT registrou recorde de crescimento em arrecadação nos últimos 5 anos, uma variação de 11,9% com base no mesmo período do ano anterior. Fonte: Conjuntura Cnseg.

Neste exercício a Companhia se adequou às novas exigências regulatórias de apuração do Patrimônio Líquido Ajustado ("PLA") previstas na Resolução do CNSP 412/21, bem como aportou capital na Brasilcap Capitalização S.A. também para cumprir as necesidades de PLA da investida, culminando com a alienação do empreendimento BTS que permitiu a consecução dos objetivos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O valor patrimonial da ação em 31/12/2021 ficou avaliado em R$ 22,61 (R$ 25,90, em 31/12/2020), representando uma redução de 12,70% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 4,68% (27,97%, em 31/12/2020) e o lucro por ação R$ 1,21 (R$ 6,65, em 31/12/2020).

DESEMPENHO OPERACIONAL

PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS - Os prêmios ganhos atingiram o valor de R$ 1.170 mil (R$ 1.010 mil, em 31/12/2020), representando um acréscimo de 15,84% em relação ao exercício anterior.

SINISTROS - Os sinistros ocorridos, com os efeitos de resseguro, incluindo despesas, representaram em cada exercício uma reversão de R$ 1.624 mil (R$ 3.682 mil, em 31/12/2020).

PRINCIPAIS IMPACTOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2021

- Aumento de despesas com serviços de terceiros para reestruturação da Companhia no valor de R$ 1.614 mil;
- Redução com equivalência patrimonial no valor de R$ 40.173 mil, que basicamente se refere ao resultado de 2021 da coligada Brasilcap Capitalização S.A. que foi menor em R$ 24.580 mil e da Companhia de Participações Aliança da Bahia com reconhecimento de uma correção do resultado de 2020, cujo efeito foi negativo em R$ 692 mil e pela diminuição da equivalência patrimonial em R$ 15.944 mil entre efeito reflexo sobre o lucro obtido pela nossa investida decorrente da operação da alienação dos 80% em 2020 (R$ 28.599 mil) e o efeito da alienação total da participação restante de 20% em agosto de 2021 (R$ 12.655 mil), do seu investimento na Sociedade Anônima Hospital Aliança ao Hospital Esperança S.A. integrante do Grupo Rede D'Or São Luiz, conforme nota explicativa nº 8.1;
- Aumento da remuneração das aplicações financeiras com um resultado positivo de R$ 2.525 mil (R$ 618 mil, em 31/12/2020);
- Despesas com atualização líquida das provisões técnicas que atingiu o valor de R$ 2.952 mil (R$ 2.160 mil, em 31/12/2020);
- Resultado positivo com venda de ações na Bolsa no valor de R$ 1.984 mil (R$ 1.475 mil, em 31/12/2020); e
- Ganho na venda de imóveis de R$ 8.594 mil (R$ 7.136 mil, em 31/12/2020) e na alienação de outras participações societárias no valor de R$ 665 mil.

AUDITORIA - Em atendimento à Instrução n° 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que durante o exercício de 2021 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à KPMG Auditores Independentes por serviços exclusivamente de auditoria.

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA - Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS - Manifestamos às autoridades do setor nossa gratidão e alto apreço. Reiteramos, também, nossos agradecimentos aos nossos segurados, corretores e aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, bem como aos nossos funcionários pelo apoio e colaboração.

Salvador, 23 de fevereiro de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Disponível					
Caixa e Bancos		602	579	4.027	1.257
Aplicações	3b e 4	71.143	44.129	75.423	54.782
Créditos das operações com seguros e resseguros					
Prêmios a receber	5	4	33	4	33
Operações com seguradoras		54	295	54	295
Operações com resseguradoras		2.807	3.097	2.807	3.097
Outros créditos operacionais		44	2.447	44	2.447
		2.909	**5.872**	**2.909**	**5.872**
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	15 e 20	7.955	8.484	7.955	8.484
Títulos e créditos a receber					
Títulos e créditos a receber		3.041	877	247	877
Direitos resultantes da venda de imóveis		2.249	600	2.249	600
Créditos tributários e previdenciários	6	399	1.576	467	1.769
Outros créditos		14	8	14	8
		5.703	**3.061**	**2.977**	**3.254**
Outros valores e bens		52	49	52	49
Despesas antecipadas		-	57	-	57
Total do Ativo Circulante		**88.364**	**62.231**	**93.343**	**73.755**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações	3b e 4	-	45.120	-	45.120
Créditos das operações com seguros					
Operações com seguros		2.933	101	2.933	101
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	15 e 20	59.170	57.016	59.170	57.016
Títulos e créditos a receber					
Direitos resultantes da venda de imóveis		1.290	-	1.290	-
Créditos tributários e previdenciários	6	2.641	4.034	2.641	4.034
Depósitos judiciais e fiscais	7	83.066	80.401	83.066	80.401
Depósitos compulsórios	8	2.797	-	2.797	-
		89.794	**84.435**	**89.794**	**84.435**
Total do Realizável a Longo Prazo		**151.897**	**186.672**	**151.897**	**186.672**
Investimentos	3c e 8				
Participações societárias		119.639	129.871	115.794	120.157
Imóveis urbanos não destinados a uso próprio		8.581	16.683	8.581	16.683
Outros investimentos		82	82	82	82
		128.302	**146.636**	**124.457**	**136.922**
Imobilizado	3d e 9				
Imóveis de uso próprio		4.009	4.251	4.009	4.251
Bens móveis		430	323	430	323
Outras imobilizações		60	60	60	60
		4.499	**4.634**	**4.499**	**4.634**
Intangível	3e	860	-	860	-
Total do Ativo Não Circulante		**285.558**	**337.942**	**281.713**	**328.228**
Total do ativo		**373.922**	**400.173**	**375.056**	**401.983**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Contas a pagar					
Obrigações a pagar		13.990	15.723	13.990	15.723
Impostos e encargos sociais a recolher		736	539	765	578
Encargos trabalhistas		362	399	362	399
Impostos e contribuições	10	825	1.910	825	1.910
		15.913	**18.571**	**15.942**	**18.610**
Débitos de operações com seguros e resseguros					
Operações com resseguradoras		98	64	98	64
Corretores de seguros		-	3	-	3
		98	**67**	**98**	**67**
Depósitos de terceiros		87	61	87	61
Provisões técnicas - Seguros	3f,15 e 20				
Danos		12.052	12.712	12.052	12.712
Pessoas		1.276	1.548	1.276	1.548
		13.328	**14.260**	**13.328**	**14.260**
Total do Passivo Circulante		**29.426**	**32.959**	**29.455**	**32.998**
Não circulante					
Contas a pagar					
Obrigações a pagar		-	-	1.105	1.771
Tributos diferidos	3f e 10	2.896	4.064	2.896	4.064
Débitos de operações com seguros e resseguros					
Operações com resseguradoras		1.864	1.718	1.864	1.718
Provisões técnicas - seguros	3f,15 e 20				
Danos		78.363	76.720	78.363	76.720
Pessoas		9.536	10.237	9.536	10.237
		87.899	**86.957**	**87.899**	**86.957**
Outros débitos					
Provisões judiciais fiscais e cíveis	3f e 11	78.183	75.559	78.183	75.559
Total do Passivo Não Circulante		**170.842**	**168.298**	**171.947**	**170.069**
Patrimônio líquido	12				
Capital social		100.000	100.000	100.000	100.000
Reservas de reavaliação		6.657	8.431	6.657	8.431
Reservas de lucros		79.291	74.971	79.291	74.971
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.293)	15.514	(12.293)	15.514
Total do patrimônio líquido		**173.654**	**198.916**	**173.654**	**198.916**
Total do passivo e patrimônio líquido		**373.922**	**400.173**	**375.056**	**401.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Reserva de Reavaliação: Ativos próprios	Reserva de Reavaliação: Ativos de investida	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Reserva de Lucros: Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**100.000**	**8.483**	**2.193**	**20.000**	**13.500**	**-**	**20.479**	**17.803**	**-**	**182.458**
Dividendos deliberados pela AGO de 31 de março de 2020	-	-	-	-	-	-	(20.479)	-	-	**(20.479)**
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	587	**587**
Ajuste provisão	-	-	(13)	-	-	-	-	-	-	**(13)**
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	(1.285)	(947)	-	-	-	-	-	2.232	**-**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(1.668)	-	**(1.668)**
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	467	-	**467**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	-	(748)	-	**(748)**
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	-	1.521	-	**1.521**
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(426)	-	**(426)**
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(1.993)	1.993	**-**
Efeitos tributários sobre realização de oscilação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	558	(558)	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	51.040	**51.040**
Lucros a realizar	-	-	-	-	-	20.043	-	-	(20.043)	**-**
Dividendo mínimo (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.823)	**(13.823)**
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	1.177	-	(1.177)	**-**
Retenção de lucros	-	-	-	-	20.251	-	-	-	(20.251)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**100.000**	**7.198**	**1.233**	**20.000**	**33.751**	**20.043**	**1.177**	**15.514**	**-**	**198.916**
Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2021	-	-	-	-	-	-	(1.177)	-	-	**(1.177)**
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	232	**232**
Realização de lucros de investida	-	-	-	-	-	(4.749)	-	-	4.749	**-**
Aumento de participação em coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	30	**30**
Ajuste provisão	-	(345)	-	-	-	-	-	-	-	**(345)**
Baixa de redução ao valor recuperável de ativos reavaliados	-	-	-	-	-	-	-	-	237	**237**
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	(1.402)	(28)	-	-	-	-	-	1.430	**-**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(4.226)	-	**(4.226)**
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	1.124	-	**1.124**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	-	-	-	-	-	-	-	(22.280)	-	**(22.280)**
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(424)	-	**(424)**
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	-	420	-	**420**
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2.873)	2.873	**-**
Efeitos tributários sobre realização de oscilação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	452	(452)	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.311	**9.311**
Dividendo mínimo (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.415)	**(3.415)**
Dividendo adicional proposto (nota 12f)	-	-	-	-	-	-	46	-	(46)	**-**
Retenção de lucros	-	-	-	-	10.200	-	-	-	(10.200)	**-**
Distribuição da reserva de lucro a realizar (nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.749)	**(4.749)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**100.000**	**5.451**	**1.205**	**20.000**	**43.951**	**15.294**	**46**	**(12.293)**	**-**	**173.654**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prêmios Emitidos Líquidos	19	**598**	**689**	**598**	**689**
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		572	321	572	321
Prêmios Ganhos	19 e 21a	**1.170**	**1.010**	**1.170**	**1.010**
Sinistros Ocorridos	21b	966	13.437	966	13.437
Custos de Aquisição	21c	(34)	(39)	(34)	(38)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	21d	1.168	1.071	1.168	1.074
Resultado com Resseguro	21e	658	(9.755)	658	(9.755)
Despesas Administrativas	21f	(19.972)	(16.763)	(19.972)	(16.769)
Despesas com Tributos	21g	(1.002)	(1.116)	(1.188)	(1.364)
Resultado Financeiro	21h	2.133	196	2.462	2.359
Resultado Patrimonial	21i	15.198	54.672	15.055	52.759
Resultado Operacional antes dos tributos		**285**	**42.713**	**285**	**42.713**
Ganhos com ativos não correntes	21j	9.259	6.758	9.259	6.758
Resultado antes dos tributos e da reversão de Juros sobre Remuneração de Capital Próprio		**9.544**	**49.471**	**9.544**	**49.471**
Imposto de renda	17	592	991	592	991
Contribuição social	17	399	578	399	578
Reversão de Juros sobre Remuneração de Capital Próprio distribuídos por investida sob controle comum		(1.224)	-	(1.224)	-
Lucro líquido do exercício		**9.311**	**51.040**	**9.311**	**51.040**
Quantidade de Ações		**7.680.000**	**7.680.000**	**7.680.000**	**7.680.000**
Lucro líquido por ação - Em R$ (básico e diluído)		**1,21**	**6,65**	**1,21**	**6,65**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**9.311**	**51.040**	**9.311**	**51.040**
Outros resultados abrangentes	**(25.878)**	**530**	**(25.878)**	**530**
Dividendos prescritos	232	587	232	587
Aumento de participação em coligada	30	-	30	-
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	1.430	2.232	1.430	2.232
Baixa de redução ao valor recuperável de ativos reavaliados	237	-	237	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda	(4.226)	(1.668)	(4.226)	(1.668)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	1.124	467	1.124	467
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - investidas	(22.280)	(748)	(22.280)	(748)
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	(424)	1.521	(424)	1.521
Efeitos tributários do ajuste de conversão	420	(426)	420	(426)
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior	(2.873)	(1.993)	(2.873)	(1.993)
Efeitos tributários sobre realização de oscilação cambial de investimento no exterior	452	558	452	558
Total do resultado abrangente do exercício	**(16.567)**	**51.570**	**(16.567)**	**51.570**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua >>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**9.311**	**51.040**	**9.311**	**51.040**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	581	613	581	613
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	221	458	221	458
Ganho na alienação de investimento e imobilizado	(9.259)	(7.163)	(9.259)	(7.163)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.997)	(56.170)	(15.854)	(54.257)
Rendimento com aplicações financeiras	(2.525)	(618)	(2.525)	(618)
Despesas com atualização e juros de provisões técnicas (liquidas)	2.952	2.160	2.952	2.160
Despesas com atualização monetária de provisões judiciais e outros	1.476	676	1.476	676
Receita com atualização monetária de depósitos judiciais e outros	(1.672)	(1.002)	(1.672)	(1.002)
Receita com créditos fiscais e previdenciários	(128)	(36)	(128)	(36)
Provisões trabalhistas e cíveis	951	45	951	45
Variação das contas patrimoniais				
Ativos financeiros	16.405	(16.627)	22.778	(14.585)
Créditos das operações de seguros e resseguros	69	(1.358)	69	(1.355)
Ativos de resseguros	4.572	15.539	4.572	15.539
Créditos fiscais e previdenciários	2.698	815	2.823	937
Depósitos judiciais e fiscais	(1.087)	442	(1.087)	442
Despesas antecipadas	56	(17)	56	(17)
Outros ativos	601	980	601	988
Impostos e contribuições	237	(1.587)	226	(1.597)
Outras contas a pagar	(923)	(1.343)	(1.590)	(769)
Débitos de operações com seguros e resseguros	128	(582)	128	(632)
Depósitos de terceiros	25	(5)	25	(5)
Provisões técnicas - seguros	(9.139)	(24.406)	(9.139)	(24.406)
Provisões judiciais	246	473	246	473
Outros passivos	(1.086)	(1.238)	(1.086)	(1.238)
Ajustes de oscilação cambial - Uruguai	-	-	(3.216)	330
Caixa (consumido) gerado pelas operações	**(1.287)**	**(38.911)**	**1.460**	**(33.979)**
Dividendos recebidos	14.074	46.597	14.074	41.624
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**12.787**	**7.686**	**15.534**	**7.645**
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(215)	(410)	(215)	(410)
Aquisição de investimentos	(33.845)	(79)	(33.845)	(79)
Aquisição de investimentos - aporte de capital coligada	(16.240)	-	(16.240)	-
Aquisição de Intangível	(860)	-	(860)	-
Alienação de imobilizado	-	28	-	28
Alienação de investimentos	52.907	16.353	52.907	16.353
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**1.747**	**15.892**	**1.747**	**15.892**
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(14.511)	(24.709)	(14.511)	(24.709)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(14.511)**	**(24.709)**	**(14.511)**	**(24.709)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**23**	**(1.131)**	**2.770**	**(1.172)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	579	1.710	1.257	2.429
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	602	579	4.027	1.257
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**23**	**(1.131)**	**2.770**	**(1.172)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Receitas com operações de seguros	598	689	598	689
Outras	1.721	2.372	1.721	2.375
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(221)	(458)	(221)	(458)
	2.098	**2.603**	**2.098**	**2.606**
Variações das provisões técnicas				
Operações de seguros	572	321	572	321
Receita operacional líquida	**2.670**	**2.924**	**2.670**	**2.927**
Benefícios e sinistros				
Sinistros	725	16.551	725	16.551
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	414	(137)	414	(137)
	1.139	**16.414**	**1.139**	**16.414**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(5.655)	(6.075)	(5.655)	(6.083)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(3.302)	(1.693)	(3.302)	(1.691)
	(8.957)	**(7.768)**	**(8.957)**	**(7.774)**
Valor adicionado bruto	**(5.148)**	**11.570**	**(5.148)**	**11.567**
Depreciação e amortização	(581)	(613)	(581)	(613)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(5.729)**	**10.957**	**(5.729)**	**10.954**
Valor adicionado recebido / cedido em transferência				
Receitas financeiras	6.985	5.687	8.786	10.162
Resultado de equivalência patrimonial	15.997	56.170	15.854	54.257
Resultado com operações de resseguros cedidos	658	(9.755)	658	(9.755)
Resultado com operações de cosseguros cedidos	(173)	(2.977)	(173)	(2.977)
Outras	10.199	8.028	10.199	8.028
	33.666	**57.153**	**35.324**	**59.715**
Valor adicionado total a distribuir	**27.937**	**68.110**	**29.595**	**70.669**
Pessoal				
Remuneração direta	(7.983)	(5.846)	(7.983)	(5.846)
Benefícios	(1.892)	(2.432)	(1.892)	(2.432)
FGTS	(922)	(1.034)	(922)	(1.034)
	(10.797)	**(9.312)**	**(10.797)**	**(9.312)**
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	(1.185)	(795)	(1.371)	(1.042)
Estaduais	(28)	(15)	(28)	(15)
Municipais	(1.669)	(1.346)	(1.669)	(1.346)
	(2.882)	**(2.156)**	**(3.068)**	**(2.403)**
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	(4.852)	(5.491)	(6.324)	(7.803)
Aluguéis	(95)	(111)	(95)	(111)
	(4.947)	**(5.602)**	**(6.419)**	**(7.914)**
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos	(3.415)	(13.823)	(3.415)	(13.823)
Lucros retidos	(5.896)	(37.217)	(5.896)	(37.217)
	(9.311)	**(51.040)**	**(9.311)**	**(51.040)**
Total do valor adicionado distribuído	**(27.937)**	**(68.110)**	**(29.595)**	**(70.669)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1 Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia ("Companhia"), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo, tendo participado do Consórcio DPVAT até dezembro de 2020. A partir de janeiro de 2021, em atendimento a resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, a Companhia está enquadrada no segmento 3 ("S3"), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Conforme a resolução do CNSP nº 399, de 29 de dezembro de 2020, a partir de janeiro de 2021 a seguradora líder do consórcio DPVAT será responsável pela gestão do seguro DPVAT referente exclusivamente aos sinistros ocorridos até dezembro de 2020 (*run-off*), das provisões técnicas e dos ativos garantidores. A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, bem como através de uma subsidiária integral no Uruguai denominada Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (em processo de liquidação voluntária). Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (referência no mercado de capitalização) e outras conforme nota explicativa nº 8.1, bem como investimentos em operações imobiliárias. • **COVID 19 -** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, o que desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, gerando um grau de incerteza para os agentes econômicos. A Companhia atenta as notícias dos casos da COVID-19 pelo mundo e em alinhamento com as recomendações das autoridades de saúde nacionais e internacionais, vem adotando medidas preventivas como forma de preservar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores, parceiros, clientes e terceiros. Alguns colaboradores ainda estão desempenhando suas funções em regime intermitente por meio de acesso remoto, realizando as rotinas de trabalho presencial, respeitando todos os protocolos exigidos por lei, e em home office. Todos os canais de relacionamento com clientes e beneficiários seguem funcionando, sendo garantido o atendimento em nossa Matriz e Sucursal de São Paulo. Até o momento, a Companhia não enfrentou dificuldades e não há expectativa de restrições operacionais futuras na regulação de possíveis sinistros, uma vez que opera atualmente nos ramos de seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivo. • **Resolução CNSP nº 412/2021 -** A partir de 30 de junho de 2021, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 412 que estabelece, dentre outras alterações, para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras a criação de 3 níveis de Patrimônio Líquido Ajustado ("PLA"), para ajustes de qualidade de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR). Com isso, as supervisionadas devem apresentar mensalmente, PLA igual ou superior ao CMR e, também, a qualquer tempo suficiência de coberturas das provisões técnicas. A introdução da resolução do CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, que em parte passa a vigorar a partir de 1 de dezembro de 2021, diz em seu art.146 que as supervisionadas têm o prazo de até 3 de janeiro de 2022 para que mensurem os ajustes associados a variação dos valores econômicos utilizados no cálculo do PLA e com isto se adaptarem a redação do art.64, inciso II, alíneas "d" e "f" da Resolução do CNSP nº 412.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização, Sociedades Seguradoras e Resseguradores Locais. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em um único conjunto. A autorização para emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. **Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional e de apresentação é o real (R$), sendo os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressos em milhares de Reais.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os seguintes principais aspectos: • **Prêmios e comissões -** Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável. • **Retrocessões -** O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas. **b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante) - Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração (nota explicativa nº 4)** • **Títulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4) -** Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado. • **Títulos mantidos até o vencimento - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4) -** Representam títulos e valores mobiliários não derivativos para os quais existem intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, imputando-se os ganhos ou perdas com base na cotação de mercado, cujos efeitos são contabilizados no resultado. Em dezembro de 2021, a Companhia não apresentou títulos na categoria de mantidos até o vencimento. • **Títulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4) -** Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado. • **Empréstimos e recebíveis -** Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar, aluguéis e outros créditos operacionais (representados substancialmente por operações com a Caixa Econômica Federal - SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis e créditos a receber da controlada Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.. A redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa é constituída tomando por base os valores vencidos há mais de 60 dias para os saldos de prêmios a receber; os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S.A. referentes aos sinistros pagos há mais de 180 dias, avaliados após a remessa de cobrança; e para os demais créditos é reconhecida a redução, quando aplicável, no montante suficiente para suportar a perda esperada. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis. **ii. Demais itens -** Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos. A redução ao valor recuperável dos demais créditos de realização duvidosa é reconhecida em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável. Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica "ativos de resseguros - provisões técnicas", está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR. As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis. **c) Investimentos -** As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a investidora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. Neste grupo estão classificados, também, os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006. As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor. Em 2021 foi revertida a perda por redução ao valor recuperável de imóveis reavaliados em 2006, no valor de R$ 214, devido à valorização dos imóveis. Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda. A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 8. **d) Imobilizado -** Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006. A Companhia verifica no final de cada exercício a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda. Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor. Em 2021 foi revertida a perda por redução ao valor recuperável de imóveis reavaliados em 2006, no valor de R$ 80, devido à valorização dos imóveis. A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 9. **e) Intangível -** Representa o custo de aquisição e desenvolvimento de *softwares*, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a.. As aplicações recentes na implementação de novos *softwares* estão ainda em andamento, sem amortização. **f) Passivos circulante e não circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores. • **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) -** Calculada "pro-rata" dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Não houve contabilização para esta provisão na controladora e na controlada que se encontra em liquidação voluntária. • **Provisão Complementar de Cobertura -** Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), relacionada à PPNG (registrados e não registrados), a qual não é cumulativa. Em 31 de dezembro de 2021, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R$ 2.183 classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R$ 2.755, em 31/12/2020), conforme consta na nota explicativa nº 20. • **Provisão de sinistros a liquidar (PSL) -** Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.. • **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) -** Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros, conforme testes semestrais de adequação de passivos (TAP). Em 31 de dezembro de 2021, não houve a necessidade de constituição da provisão e, consequentemente, o saldo apresentado no exercício de 2020 no montante de R$ 220 foi totalmente revertido. • **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) -** Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro, adotando-se no exercício de 2021 uma reversão parcial no valor de R$ 414 para refletir melhor a realidade. • **Provisão de despesas relacionadas (PDR) -** Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros. • **Teste de adequação de passivos (TAP) -** O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador. Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), conforme determinação da SUSEP, e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e dezembro de cada ano. Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos "mantidos até o vencimento" em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na provisão complementar de cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalcular o teste de adequação. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou o "teste de adequação de passivos (TAP)", concluindo pela contabilização da reversão parcial da provisão complementar de cobertura para os prêmios futuros não registrados de curto e longo prazos para o ramo Vida em Grupo (0993) no valor R$ 572 (R$ 321, em 31/12/2020). Para a provisão técnica de sinistros a liquidar (PSL), não houve a necessidade de constituição da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) e, consequentemente, a Companhia reconheceu a reversão da provisão no valor de R$ 220 para os ramos Responsabilidade Civil Geral (0351) e Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (0553). • **Provisões para tributos diferidos -** As provisões para tributos diferidos são calculadas sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente. Estas provisões são constituídas sobre os ganhos não realizados na carteira de ações (circulante) e sobre a reserva de reavaliação (em 2006) de imóveis e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa n° 10. • **Provisões judiciais fiscais e cíveis -** Os valores das provisões judiciais fiscais decorrem de questionamentos judiciais e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias, cujas expectativas de êxito são avaliadas pelos assessores jurídicos: provável, possível e remota. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 11. A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis. **g) Estimativas contábeis -** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem cálculos para redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e *impairment*), provisões técnicas, fiscais e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. **h) Critérios de consolidação -** No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável. A controlada Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária. Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do exercício e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica. **i) Resultado por ação -** A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação utilizando a média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período correspondente ao resultado, sendo o mesmo para o básico e o diluído. **j) Demonstração do fluxo de caixa -** A referida demonstração foi elaborada pelo método indireto, baseada na permissão prevista pelo órgão regulador. **k) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) -** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como suplemento das demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, segundo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS's). A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Aplicações (consolidado)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
Ativo Circulante						
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Título de renda fixa						
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	-	26.353	26.443	26,5
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	35.350	36.262	48,1	-	-	-
Quotas de outros fundos de investimentos	23.875	24.016	31,8	-	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	2.435	4.280	5,7	5.854	10.653	10,7
	61.660	**64.558**	**85,6**	**32.207**	**37.096**	**37,2**
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	9.002	10.689	14,2	11.596	17.510	17,5
c) Outras aplicações (custo amortizado)						
Outras	165	176	0,2	165	176	0,2
		75.423	**100,0**		**54.782**	**54,9**
Ativo Não Circulante						
a) Títulos mantidos até o vencimento (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa - Públicos (LFT)	-	-	-	35.960	36.229	36,2
Títulos de renda fixa - Públicos (LTN)	-	-	-	2.978	3.006	3,0
Títulos de renda fixa - Públicos (NTN)	-	-	-	5.547	5.885	5,9
	-	**-**	**-**	**44.485**	**45.120**	**45,1**
Total de aplicações		**75.423**	**100,0**		**99.902**	**100,0**

A Companhia revisou sua estratégia de investimentos em títulos de renda fixa, os quais passaram a ser efetuados por meio de fundos de investimentos a partir de outubro de 2021. O objetivo dos Fundos de títulos públicos é superar a variação do CDI por meio de uma carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos, destinados a sociedades seguradoras e sociedades de capitalização e os Fundos de renda fixa que obtém uma diversificação de emissores financeiros e não financeiros, que buscam superar o CDI no longo prazo por meio de aplicação em fundos cuja estratégia consiste na seleção de ativos de crédito considerados como baixo risco.

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

	Saldos em 31/12/2019	Aplicação	Resgate/Baixa (Venda)	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2020	Aplicação	Resgate/Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2021
Títulos de renda fixa - Privados	37.560	36.883	(47.393)	(607)	-	26.443	5.519	(33.848)	1.886	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos	15.856	53.862	(25.758)	1.160	-	45.120	20.858	(66.034)	56	-	-
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	-	-	-	-	-	-	56.296	(20.361)	327	-	36.262
Quotas de outros fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	38.639	(14.878)	255	-	24.016
Títulos de renda fixa - Públicos - Uruguai	12.696	-	(5.459)	771	2.645	10.653	-	(6.048)	(636)	311	4.280
Quotas e fundos de investimentos (DPVAT)	74.540	-	(74.540)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda variável	20.094	8.858	(10.984)	-	(458)	17.510	344	(4.923)	-	(2.242)	10.689
Outros	165	-	-	11	-	176	-	-	-	-	176
Totais	**160.911**	**99.603**	**(164.134)**	**1.335**	**2.187**	**99.902**	**121.656**	**(146.092)**	**1.888**	**(1.931)**	**75.423**

Continua >>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

4.2. Hierarquia do valor justo - A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo. • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para egociação (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	-	-	26.443	-
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	36.262	-	-	-	-	-
Quotas de outros fundos de investimentos	-	24.016	-	-	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (Uruguai)	4.280	-	-	10.653	-	-
Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	10.689	-	-	17.510	-	-
Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos de renda fixa - Públicos (LFT)	-	-	-	36.229	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (LTN)	-	-	-	3.006	-	-
Títulos de renda fixa - Públicos (NTN)	-	-	-	5.885	-	-
Outras aplicações (custo amortizado)	-	-	176	-	-	176
Totais	**51.231**	**24.016**	**176**	**73.283**	**26.443**	**176**

5 Prêmios a receber

5.1. Movimentação dos prêmios a receber (controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**33**	**40**
Emissão	600	691
Cobrança	(629)	(698)
Saldo final	**4**	**33**

5.2. Posição de vincendas (controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios a vencer	4	33
Saldo final	**4**	**33**

6 Créditos tributários (controladora)

O crédito de contribuição previdenciária refere-se a valores que incidiram sobre remunerações pagas a administradores e trabalhadores autônomos no período compreendido entre outubro de 1988 e setembro de 1991. Como o processo que questionou a cobrança foi definitivamente julgado de forma favorável à Companhia, foi requerida a habilitação do crédito correlato, que vem sendo compensado mensalmente com débitos de contribuições vincendas, restando um saldo a compensar de R$ 4. Além do referido crédito, há antecipações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, retenções de IRPJ e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil, tendo a Companhia recebido o valor de R$ 1.255 durante o exercício de 2021. Abaixo estão demonstrados os valores dos créditos tributários:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Retenções de imposto de renda	213	29
Créditos de contribuições previdenciárias	4	1.547
Créditos Fiscais (PERDCOMP) - IR	43	-
Créditos Fiscais (PERDCOMP) - CSLL	139	-
	399	**1.576**
Não circulante		
Saldos Negativos de IRPJ	2.597	3.901
Saldos Negativos de CSLL	44	133
	2.641	**4.034**
Total de créditos tributários e previdênciários	**3.040**	**5.610**

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias montavam a R$ 83.234 (R$ 80.737, em 31/12/2020) e o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias a R$ 86.510 (R$ 84.376, em 31/12/2020). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R$ 38.274 (R$ 33.205, em 31/12/2020), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente. O cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 20%, devendo retornar ao patamar normal de 15%, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Medida Provisória n° 1034 de 1º de março de 2021.

7 Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual vem ingressando com ações judiciais e depositando os valores correlatos com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorrendo com determinada cobrança indevida de Foro pela União Federal. Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas. Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais - Sinistros	3.658	3.332
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	2.158	1.817
PIS	17.256	16.873
COFINS	59.225	57.935
Foro	176	171
Trabalhistas	131	74
CSLL - 2011	151	147
Outros depósitos	311	52
	83.066	**80.401**

Os passivos tributários e de Foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica "provisões judiciais" (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 11. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros, há passivo equivalente sob a rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante.

8 Investimentos (controladora)

A composição dos investimentos está representada por:

	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias e outros investimentos	119.721	129.953
Propriedades para investimento	8.581	16.683
	128.302	**146.636**

A seguir estão demonstradas a composição e movimentação dos grupos de investimentos:

8.1. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
Controlada	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. - 16.000.000 ações ON em 2021 e 2020 - em liquidação **(A)**	100,0	100,0	2.625	8.633	3.846	9.714	143	1.914	3.846	9.714	143	1.914
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. - 51.292.002 ações ON em 2021 e em 2020 e 13.397.310 ações PN em 2021 (**B**)	15,9	15,8	254.393	231.264	474.965	539.536	3.512	158.801	75.561	85.412	559	25.139
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia - 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2021 e 2020 (**C**)	5,9	5,9	410.359	410.359	669.558	564.222	238.083	479.043	39.849	34.359	15.295	29.117
Outras participações societárias									383	386	-	-
Total de Participações societárias									**119.639**	**129.871**	**15.997**	**56.170**
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									**82**	**82**		

(A) A Controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019. Em 30 de dezembro de 2021, foi aprovada pela AGE da controlada a redução de capital no valor de R$ 5.587 (US$ 1.000 mil), sendo R$ 2.793 (US$ 500 mil) apresentado na rubrica do balanço patrimonial no ativo circulante "Títulos e créditos a receber", já creditado no dia 25 de janeiro de 2022, e R$ 2.793 (US$ 500 mil) depositado no Banco Central do Uruguai a título de garantia no processo de liquidação, em nome desta Companhia, classificado no ativo não circulante "Depósitos compulsórios". **(B)** A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,9% do capital total. Em março de 2021, a coligada incorporou ao capital social parcela de lucros retidos no exercício de 2020. Em 17 de junho de 2021, foi creditado o valor de R$ 4.749 referente ao dividendo complementar do exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido o dividendo mínimo obrigatório a receber no valor de R$ 133. Em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado em AGE da coligada, o aumento do capital social em R$ 100.005, por meio da emissão de 76.340.000 de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sem direito a voto, pelo preço unitário de emissão de R$ 1,31 por ação, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, tendo esta Seguradora subscrito 12.397.310 de ações preferenciais no montante de R$ 16.240, encontrando-se em fase de homologação pela SUSEP. Esta operação gerou um aumento de participação na coligada de R$ 31, reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **(C)** Em cumprimento à nova redação do artigo 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial por estar sob controle comum. Neste exercício, a equivalência patrimonial foi impactada pela correção do resultado de 2020, cujo efeito foi negativo de R$ 692 e está acrescida de R$ 12.655 que corresponde ao efeito reflexo sobre o lucro obtido pela nossa investida em agosto de 2021, oriundo da alienação total da participação restante de 20% do investimento na Sociedade Anônima Hospital Aliança ao Hospital Esperança S.A., integrante do Grupo Rede D'Or São Luiz. Em 17 de maio de 2021, foi aprovado na RCA da investida a distribuição de dividendos intermediários com base em lucros registrados em 2016, na Reserva de Lucros a Realizar, cabendo a esta Companhia o valor de R$ 577, já creditado no dia 14 de junho de 2021. Em 10 de novembro de 2021, foi aprovada na RCA da investida a distribuição de dividendos intercalares e juros sobre capital, por conta dos lucros acumulados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao 3º trimestre do exercício social de 2021, cabendo a esta Companhia R$ 7.524 de dividendos e R$ 1.224 a título de juros sobre o capital, já creditados no dia 6 de dezembro de 2021.

8.2. Propriedades para investimento

	Valor de aquisição/ reavaliação	Depreciação	31/12/2021 Valor líquido	31/12/2020 Valor líquido
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio				
Terrenos	6.075	-	6.075	11.804
Edificações e benfeitorias	5.244	(2.738)	2.506	4.879
	11.319	**(2.738)**	**8.581**	**16.683**

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3c). Em 31 de dezembro de 2021, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos (R$ 2.293, em 31/12/2020).

8.3. Movimentação dos Investimentos (Controladora)

Participações Societárias	Saldos em 31/12/2020	Adição	Ganho	Depreciação	Baixa	Transferência	Dividendos e Juros s/ Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldos em 31/12/2021
Controlada											
Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	**9.714**	-	-	-	(5.587)	-	-	-	143	(424)	**3.846**
Coligada/Investida sob controle comum											
Brasilcap Capitalização S.A.	**85.413**	16.240	30	-	-	-	(4.882)	(21.799)	559	-	**75.561**
Companhia de Participações Aliança da Bahia	**34.359**	-	-	-	-	-	(9.325)	(480)	15.295	-	**39.849**
Outros Investimentos											
Outras participações	**385**	2	-	-	(4)	-	-	-	-	-	**383**
Ações de incentivos fiscais	**128**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**128**
(-) Redução ao valor recuperável	**(46)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(46)**
Propriedades para investimento											
Custo de aquisição/reavaliação	**20.688**	-	-	-	(9.553)	184	-	-	-	-	**11.319**
Obras em andamento	**-**	33.796	-	-	(33.796)	-	-	-	-	-	**-**
(-) Depreciação	**(3.791)**	-	-	(249)	1.388	(86)	-	-	-	-	**(2.738)**
(-) Redução ao valor recuperável	**(214)**	-	-	-	214	-	-	-	-	-	**-**
TOTAL	**146.636**	**50.038**	**30**	**(249)**	**(47.338)**	**98**	**(14.207)**	**(22.279)**	**15.997**	**(424)**	**128.302**

Em atendimento às exigências regulatórias e o impacto no PLA em decorrência do excesso de imóveis no modelo de investimento *Built to Suit* (BTS) e o aporte de capital na Coligada Brasilcap Capitalização S.A., em dezembro de 2021 a Administração da Companhia decidiu vender a operação modelo de *Built to Suit* (BTS) de que trata a retenção de lucros em dezembro de 2020 juntamente com o valor dos imóveis onde está sendo construído o empreendimento, no valor de R$ 42.030. Este valor adicionado com outras alienações de imóveis durante o exercício de 2021 no valor de R$ 8.460, geraram um lucro total de R$ 8.594 e efeito na redução de prejuízos fiscais de R$ 2.707. O valor da operação foi avaliado a valor justo considerando que o adquirente se responsabilizará pelo término da obra, sendo o laudo de avaliação emitido pela empresa Baker Tilly Auditoria e Consultoria Ltda, que utilizou a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado do período de janeiro de 2022 a 31 de março de 2061, levando em consideração o período da obra/investimento ainda a realizar e prazo de locação do contrato do BTS - 40 anos. O instrumento de compra e venda foi assinado com uma empresa do grupo, Aliança da Bahia Patrimonial Ltda - subsidiária integral da Companhia de Participações Aliança da Bahia, no dia 21 de dezembro de 2021, no montante de R$ 42.030 pago à vista. Além do valor da venda, houve também o ressarcimento do adiantamento de obra feito pela Seguradora no montante de R$ 4.603.

Participações Societárias	Saldos em 31/12/2019	Adição	Ganho	Depreciação	Baixa	Transferência	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldos em 31/12/2020
Controlada											
Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	**11.252**	-	-	-	-	-	(4.973)	-	1.914	1.521	**9.714**
Coligada/Investida sob controle comum						-					
Brasilcap Capitalização S.A.	**76.277**	-	-	-	-	-	(15.113)	(890)	25.139	-	**85.413**
Companhia de Participações Aliança da Bahia	**31.623**	-	-	-	(12)	-	(26.510)	141	29.117	-	**34.359**
Outros Investimentos											
Outras participações	**480**	55	-	-	(150)	-	-	-	-	-	**385**
(-) Redução ao valor recuperável	**(146)**	-	-	-	146	-	-	-	-	-	**-**
Ações de incentivos fiscais	**128**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**128**
(-) Redução ao valor recuperável	**(46)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(46)**
Propriedades para investimento						-					
Custo de aquisição/reavaliação	**23.315**	24	-	-	(2.891)	240	-	-	-	-	**20.688**
(-) Depreciação	**(4.271)**	-	-	(287)	767	-	-	-	-	-	**(3.791)**
(-) Redução ao valor recuperável	**(214)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(214)**
TOTAL	**138.398**	**79**	**-**	**(287)**	**(2.140)**	**240**	**(46.596)**	**(749)**	**56.170**	**1.521**	**146.636**

8.4. Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento - A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017. **a) Unidades imobiliárias -** O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade). Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locadas	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	9	9
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	4	4	8
Apartamentos	3	-	3
Salas	14	27	41
Lojas	4	8	12
Casas	2	1	3
Conjuntos comerciais	6	9	15
Total	**33**	**59**	**92**

b) Posição de aluguéis a receber

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	**89**	**131**
Vencidos		
30 dias	14	14
60 dias	7	23
90 dias	4	19
120 dias	4	16
150 dias	4	16
180 dias	4	15
>180 até 360 dias	60	118
>360 dias	703	658
Redução ao valor recuperável (nota 3b)	(778)	(621)
Saldo final	**111**	**389**

c) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel - Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado. **d) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos -** Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R$ 778 (R$ 621, em 31/12/2020). Os investimentos em imóveis, no valor de R$ 8.581 (R$ 16.683, em 31/12/2020), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R$ 5.883 (R$ 7.715, em 31/12/2020). A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017. Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

9 Imobilizado (consolidado)

IMÓVEIS	Saldos em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2021	Taxas anuais de depreciação
Terrenos - Custo / Reavaliação												
Custo de aquisição	**969**	-	-	-	-	**969**	-	-	-	(46)	**923**	
(-) Redução ao valor recuperável	**(80)**	-	-	-	-	**(80)**	-	-	80	-	**-**	
Edificações - Custo/Reavaliação												
Custo de aquisição	**5.895**	183	-	-	162	**6.240**	-	-	-	(138)	**6.102**	**Nota(A)**
(-) Depreciação	**(2.644)**	-	(234)	-	-	**(2.878)**	-	(224)	-	86	**(3.016)**	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	**131**	23	-	-	(20)	**134**	198	-	(52)	-	**280**	**20%**
Custo de aquisição - Uruguai (B)	**169**	-	-	(169)	-	**-**	-	-	-	-	**-**	
(-) Depreciação	**(73)**	-	(23)	-	20	**(76)**	-	(44)	52	-	**(68)**	
(-) Depreciação - Uruguai (B)	**(169)**	-	-	169	-	**-**	-	-	-	-	**-**	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	**36**	-	-	-	-	**36**	-	-	-	-	**36**	**10%**
(-) Depreciação	**(13)**	-	(4)	-	-	**(17)**	-	(4)	-	-	**(21)**	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	**278**	-	-	(7)	-	**271**	16	-	(80)	(40)	**167**	**10%**
Custo de aquisição - Uruguai (B)	**12**	-	-	(12)	-	**-**	-	-	-	-	**-**	
(-) Depreciação	**(145)**	-	(23)	7	-	**(161)**	-	(19)	80	40	**(60)**	
(-) Depreciação - Uruguai (B)	**(12)**	-	-	12	-	**-**	-	-	-	-	**-**	
Veículos												
Custo de aquisição	**679**	-	-	(291)	-	**388**	-	-	-	-	**388**	**20%**
(-) Depreciação	**(503)**	-	(40)	291	-	**(252)**	-	(40)	-	-	**(292)**	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	**599**	204	-	(341)	(402)	**60**	-	-	-	-	**60**	**10%**
TOTAL	**5.129**	**410**	**(324)**	**(341)**	**(240)**	**4.634**	**214**	**(331)**	**80**	**(98)**	**4.499**	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 d). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2021, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos. **(B)** O imobilizado da controlada Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. se encontra totalmente depreciado.

10 Impostos e contribuições e tributos diferidos (controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Imposto de renda s/ações	295	1.035
CSLL s/ações	236	621
Imposto de renda s/imóveis- alienados	126	56
CSLL s/imóveis - alienados	168	48
Outros não diferidos, incluindo provisão IR e CSLL	-	150
	825	**1.910**
Passivo não circulante		
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	1.332	1.690
CSLL s/imóveis - reavaliação	1.104	1.043
Imposto de renda s/investimento exterior	256	832
CSLL s/investimento exterior	204	499
	2.896	**4.064**

A provisão constituída no passivo circulante refere-se substancialmente aos impostos e contribuições incidentes sobre os ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título "ajustes de avaliação patrimonial" e ao diferimento sobre venda de imóveis, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL. A provisão constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006) e sobre oscilação cambial de investimentos no exterior, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL. As provisões da CSLL em 2021 estão considerando a alíquota de 20%, devendo retornar ao patamar normal de 15%, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Medida Provisória n° 1034 de 1º de março de 2021.

11 Provisões judiciais e fiscais (controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não circulante		
PIS	17.260	16.878
COFINS	59.247	57.965
CSLL - 2011	150	147
Foro	176	171
Provisões Cíveis	145	324
Provisões Trabalhistas	1.205	74
	78.183	**75.559**

Continua >>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

As provisões cíveis acima apontadas referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados. Além destas e das provisões trabalhistas, as seguintes cobranças vêm sendo discutidas judicialmente: • **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS vem sendo discutida em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória n° 517/94 à Emenda Constitucional n° 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, correu um processo administrativo que discutiu a cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando o não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 e 05/06/96 e 01/07/97 e 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões; • **COFINS:** A cobrança da COFINS vem sendo discutida em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei n° 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, cujos valores depositados em juízo montam aproximadamente a R$ 17.641 (R$ 17.358, em 31/12/2020), apesar de que já tenha havido trânsito em julgado de decisão judicial que assegurou o direito da Companhia, ao tentar proceder ao levantamento dos valores correlatos, houve resistência por parte da Fazenda Nacional, de forma que o Juízo de Primeiro Grau determinou a realização de perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo "Possível" o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível; • **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Também em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venha a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato; Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são contabilizados independentemente da sua probabilidade de perda.

12 Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias. **b) Reserva de reavaliação • Ativos próprios -** Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei. A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo. **• Ativos de investida sob controle comum -** Reflexo da reavaliação de ativos da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **c) Reserva legal -** Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite. **d) Outras reservas de lucros -** Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019 e 2020, aprovada pelas AGO de 31 de março de 2020 e 30 de março de 2021, respectivamente. Neste exercício foi constituída a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital. **e) Reserva de lucros a realizar -** Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R$ 10.648 (R$ 15.397 em 31/12/2020) da Brasilcap Capitalização S.A. e R$ 4.646 da Companhia de Participações Aliança da Bahia, referente ao exercício de 2020. Conforme nota explicativa nº 8.1, em junho de 2021, a investida Brasilcap pagou dividendo complementar do exercício de 2020, no valor de R$ 4.749, realizando financeiramente parte da reserva de lucros constituída sobre o resultado 2020. Tendo em vista a realização, a Administração propõe o pagamento de dividendo a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes) -** Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e das investidas Companhia de Participações Aliança da Bahia e Brasilcap Capitalização S.A. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários. Durante o exercício em curso foi realizado o valor de R$ 1.984 em decorrência da alienação de algumas ações da carteira de investimento. Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia, tendo sido realizado em dezembro de 2021 o valor líquido de R$ 2.421 decorrente da redução de capital da investida Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.. **g) Dividendos -** Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	9.311	51.040
Dividendos prescritos	232	587
Aumento de participação em coligada	30	-
Baixa de redução ao valor recuperável de ativos reavaliados	237	-
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	1.430	2.232
Realização de oscilação cambial de investimento no exterior (líquida de tributos)	2.421	1.435
Base de cálculo do dividendo	**13.661**	**55.294**
Dividendo mínimo obrigatório	3.415	13.823
Dividendo adicional proposto	46	1.177
Total de dividendo proposto	**3.461**	**15.000**
Percentual de distribuição	**25,33%**	**27,13%**
Por ação ordinária - R$	**0,429197147**	**1,860119048**
Por ação preferencial - R$	**0,472116861**	**2,046130952**

Juntamente com o dividendo sobre o lucro líquido do exercício de 2019, foi aprovada pela AGO de 31 de março de 2020 a distribuição de lucros retidos nos exercícios de 2014 e 2015, cujo total foi dividido em duas parcelas já liquidadas no exercício de 2020. Em 30 de março de 2021, foi aprovada pela AGO a distribuição de dividendos no valor de R$ 15.000, referente ao exercício de 2020, cujo montante foi pago em 20 de abril de 2021. Além disso, tendo em vista a realização no exercício de 2021 de parte de lucros de exercícios anteriores destinado à reserva de lucros a realizar, a Administração propõe o pagamento de dividendos no montante de R$ 4.749 (ON 0,588945863 e PN 0,647840449), juntamente com o dividendo demonstrado acima.

13 Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis. A Companhia considera que não existem riscos inerentes relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP. A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

14 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são: • Risco de subscrição; • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco operacional; e • Risco de liquidez. **Gestão de risco de subscrição -** Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo, tendo participado do Consórcio DPVAT até 31 de dezembro de 2020, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos. Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador. **Gestão de risco de mercado -** A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações. A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 15). Diante disto, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disto, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. Os principais riscos a serem identificados na gestão financeira são: • Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços e taxas nos mercados financeiros; • Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a sua carteira de ações. **Gestão de risco de crédito -** O principal crédito está relacionado com o IRB-Brasil Resseguros S.A. referente a sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável. **Gestão de risco operacional -** Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, o gerenciamento de risco operacional da Companhia tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna, sobre os itens abaixo: • Bons controles internos; • Infraestrutura tecnológica e segurança; • *Softwares* atualizados; e • Revisões em geral das políticas internas e regulamentos. **Gestão de risco de liquidez -** Possibilidade da Supervisionada não ser capaz de cumprir suficientemente suas obrigações financeiras esperadas, sobretudo quanto a insuficiência de coberturas das provisões técnicas, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar seus ativos, ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas em decorrência de rentabilidades ou descasamentos ocorridos durante a gestão de fluxos de ativos e passivos dessas provisões.

15 Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de sinistros a liquidar	93.616	92.597
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.885	2.279
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.543	3.586
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.183	2.755
	101.227	**101.217**
(-) Depósitos judiciais - Sinistros	(3.658)	(3.332)
(-) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(67.125)	(65.500)
	(70.783)	**(68.832)**
Valor a Garantir	**30.444**	**32.385**
Bens Garantidores - Controladora		
CDB	-	4.734
Debêntures	-	5.000
Ações negociáveis em Bolsa de Valores	4.309	6.891
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	18.131	-
Quotas de outros fundos de investimentos	9.606	-
LTN, LFT e NTN	-	15.000
BOVA 11	4.141	7.934
	36.187	**39.559**

16 Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, cujo montante no exercício foi R$ 2.468 (R$ 2.073, em 2020). A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

17 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (controladora)

Base de Cálculo do Imposto de Renda	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos tributos e da reversão de juros sobre remuneração de capital próprio	**9.544**	**49.471**
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	7.497	13.060
Exclusões	(17.275)	(57.093)
(Prejuízo) Lucro fiscal	**(234)**	**5.438**
Compensação de exercícios anteriores - 30%	-	**(1.631)**
(Prejuízo) Lucro fiscal	**(234)**	**3.807**
IR devido	**-**	**928**

Base de Cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos tributos e da reversão de juros sobre remuneração de capital próprio	**9.544**	**49.471**
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	7.281	13.060
Exclusões	(17.275)	(57.093)
Base (negativa) positiva de CSLL	**(450)**	**5.438**
Compensação de exercícios anteriores - 30%	-	**(1.631)**
Base (negativa) positiva de CSLL	**(450)**	**3.807**
CSLL devida	**-**	**571**

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2021 e 2020, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação e realização do diferimento sobre venda de imóveis.

18 Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores. A análise das premissas de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

19 Principais segmentos de operações de seguros - consolidado (com os efeitos de resseguro)

	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões incorridas	
Ramos	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Acidentes Pessoais	5	6	40	(13)	-	-
Vida em Grupo	1.165	1.004	372	267	34	39
Outros	-	-	(2.036)	(3.936)	-	-
Total	**1.170**	**1.010**	**(1.624)**	**(3.682)**	**34**	**39**

20 Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora e consolidado)

a) Provisão de prêmios não ganhos

	31/12/2021	31/12/2020
	PPNG - seguros - Uruguai	
Saldos balanço anterior	**-**	**334**
(Reversão)	**-**	(334)
Total de PPNG	**-**	**-**

b) Provisão de sinistros a liquidar

	31/12/2021	31/12/2020
	Seguros	
Saldos balanço anterior	**74.365**	**97.513**
Constituição (reversão) e encargos	8.619	(5.713)
Baixa Consórcio DPVAT	-	(7.396)
Liquidação	(8.456)	(10.039)
Saldos balanço atual	**74.528**	**74.365**
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	**19.018**	**23.728**
Constituição (reversão) e encargos	1.121	(4.238)
Liquidação	(854)	(472)
Saldos balanço atual	**19.285**	**19.018**
	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	**(1.816)**	**(4.881)**
(Constituição) reversão e encargos	(16)	2.767
Liquidação	720	298
Saldos balanço atual	**(1.112)**	**(1.816)**
	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	**1.030**	**766**
(Reversão) constituição e encargos	(115)	264
Saldos balanço atual	**915**	**1.030**
Total de sinistros a liquidar	**93.616**	**92.597**

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos balanço anterior	**2.279**	**68.427**
(Reversão) constituição e encargos	(394)	133
Baixa Consórcio DPVAT	-	(66.281)
Saldos balanço atual	**1.885**	**2.279**

d) Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
	Seguros	
Saldos balanço anterior	**3.418**	**4.445**
Constituição (reversão) e encargos	169	(796)
Liquidação	(191)	(231)
Saldos balanço atual	**3.396**	**3.418**
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	**168**	**291**
Reversão e encargos	(19)	(81)
Liquidação	(2)	(42)
Saldos balanço atual	**147**	**168**
Total de despesas relacionadas	**3.543**	**3.586**
Provisão Complementar de prêmios	**2.183**	**2.755**
Total das Provisões	**101.227**	**101.217**
Total das Provisões - Circulante	**13.328**	**14.260**
Total das Provisões - Não Circulante	**87.899**	**86.957**

e) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2021	31/12/2020
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros (PSL)	
Saldos balanço anterior	**48.395**	**55.880**
Constituição (reversão) e encargos	6.184	(2.010)
Liquidação	(4.512)	(5.475)
Saldos balanço atual	**50.067**	**48.395**
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PSL)	
Saldos balanço anterior	**14.068**	**17.279**
Constituição (reversão) e encargos	805	(3.075)
Liquidação	(584)	(136)
Saldos balanço atual	**14.289**	**14.068**
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros - (PDR)	
Saldos balanço anterior	**1.782**	**1.896**
Constituição e encargos	94	58
Liquidação	(134)	(172)
Saldos balanço atual	**1.742**	**1.782**
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PDR)	
Saldos balanço anterior	**101**	**192**
Constituição (reversão)	4	(59)
Liquidação	(1)	(32)
Saldos balanço atual	**104**	**101**
Outros ativos de resseguros - provisões técnicas	**923**	**1.154**
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	**67.125**	**65.500**
Total de ativos de resseguros - Circulante	**7.955**	**8.484**
Total de ativos de resseguros - Não Circulante	**59.170**	**57.016**

21 Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	598	689	598	689
Variação das provisões técnicas de prêmios	572	321	572	321
Total de prêmios de seguros ganhos	**1.170**	**1.010**	**1.170**	**1.010**
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	(89)	16.123	(89)	16.123
Despesas com sinistros	185	428	185	428
Recuperação de sinistros - congêneres	(173)	(2.977)	(173)	(2.977)
Salvados e ressarcimentos	629	-	629	-
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	414	(137)	414	(137)
Total de sinistros ocorridos	**966**	**13.437**	**966**	**13.437**
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(34)	(39)	(34)	(38)
Total de custo de aquisição	**(34)**	**(39)**	**(34)**	**(38)**
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros				
Recepção e regulação - DPVAT	1.685	1.737	1.685	1.737
Outras receitas - DPVAT	-	201	-	201
Outras receitas	36	434	36	437
Total de outras receitas de seguros	**1.721**	**2.372**	**1.721**	**2.375**
Outras despesas de seguros				
Despesas com cobrança	(38)	(80)	(38)	(80)
Constituição de perdas do valor recuperável de créditos	(65)	(398)	(65)	(398)
Outras despesas	(450)	(823)	(450)	(823)
Total de outras despesas de seguros	**(553)**	**(1.301)**	**(553)**	**(1.301)**
Total de outras receitas e despesas operacionais	**1.168**	**1.071**	**1.168**	**1.074**
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	900	(9.755)	900	(9.755)
Variação de IBNR	(242)	-	(242)	-
Subtotal	**658**	**(9.755)**	**658**	**(9.755)**
Total do resultado com resseguros	**658**	**(9.755)**	**658**	**(9.755)**
f) Despesas administrativas				
Despesas com administração	(2.674)	(2.271)	(2.674)	(2.271)
Pessoal próprio	(5.084)	(3.802)	(5.084)	(3.802)
Encargos sociais	(2.355)	(2.506)	(2.355)	(2.506)
Assistência social	(1.892)	(2.432)	(1.892)	(2.432)
Serviços de terceiros	(3.268)	(1.654)	(3.268)	(1.653)
Localização e manutenção	(2.093)	(2.008)	(2.093)	(2.008)
Expediente	(219)	(91)	(219)	(91)
Comunicação	(158)	(184)	(158)	(184)
Utilização de equipamentos	(597)	(593)	(597)	(593)
Utilização de veículos e locomoção	(189)	(116)	(189)	(116)
Publicidade e propaganda	(127)	(2)	(127)	(2)
Publicações legais	(399)	(721)	(399)	(721)
Participações nos lucros - empregados	(227)	223	(227)	223
Outras	(690)	(606)	(690)	(613)
Total das despesas administrativas	**(19.972)**	**(16.763)**	**(19.972)**	**(16.769)**
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(277)	(328)	(277)	(328)
Outros tributos	(725)	(788)	(911)	(1.036)
Total das despesas com tributos	**(1.002)**	**(1.116)**	**(1.188)**	**(1.364)**
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações	3.340	3.220	5.141	7.695
Resultado com venda de ações	1.984	1.475	1.984	1.475
Receitas com créditos tributários - atualização	1.561	975	1.561	975
Outras	100	17	100	17
Subtotal	**6.985**	**5.687**	**8.786**	**10.162**
Despesas financeiras				
Perdas com aplicações	(255)	(2.066)	(255)	(2.066)
Despesas financeiras com operações de seguros	(2.952)	(2.160)	(2.952)	(2.160)
Despesas com tributos - atualização	(1.427)	(882)	(1.427)	(882)
Outras	(218)	(383)	(1.690)	(2.695)
Subtotal	**(4.852)**	**(5.491)**	**(6.324)**	**(7.803)**
Total do resultado financeiro	**2.133**	**196**	**2.462**	**2.359**
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais				
Receitas com imóveis de renda	932	1.217	932	1.217
Resultado de equivalência patrimonial	15.997	56.170	15.854	54.257
Juros s/ capital próprio - coligada	1.224	-	1.224	-
Outros investimentos	8	57	8	57
Subtotal	**18.161**	**57.444**	**18.018**	**55.531**
Despesas patrimoniais				
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(2.963)	(2.768)	(2.963)	(2.768)
Outros investimentos	-	(4)	-	(4)
Subtotal	**(2.963)**	**(2.772)**	**(2.963)**	**(2.772)**
Total do resultado patrimonial	**15.198**	**54.672**	**15.055**	**52.759**
j) Ganhos com ativos não correntes				
Receitas de venda				
Investimentos	668	3	668	3
Imóveis	50.490	9.600	50.490	9.600
Veículos	-	29	-	29
Subtotal	**51.158**	**9.632**	**51.158**	**9.632**
Valor contábil líquido				
Imóveis	(41.896)	(2.464)	(41.896)	(2.464)
Despesas com vendas - comissão	-	(406)	-	(406)
Investimentos	(3)	(4)	(3)	(4)
Subtotal	**(41.899)**	**(2.874)**	**(41.899)**	**(2.874)**
Total de ganhos com ativos não correntes	**9.259**	**6.758**	**9.259**	**6.758**

Continua >>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

22 Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (a)	Controlada	2.797	-	-	-	3	-	-	-
Brasilcap Capitalização S.A. (b)	Coligada	133	-	-	-	-	-	-	-
Companhia de Participações Aliança da Bahia (c)	Investida sob controle comum	8	7	-	-	90	84	-	-
Companhia de Participações Aliança da Bahia (d)	Investida sob controle comum	-	-	-	363	-	-	-	-
Remuneração pessoal chave (e)	Administradores	-	-	-	-	-	-	200	-
		2.938	**7**	**-**	**363**	**93**	**84**	**200**	**-**

(a) Valor a receber de restituição de capital aprovado em AGE da controlada referente a redução de capital que ocorreu no dia 30 de dezembro de 2021, sendo apresentado na rubrica do balanço patrimonial "Títulos e créditos a receber" no ativo circulante. O valor foi creditado no dia 25 de janeiro de 2022. (b) Valor a receber dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021. (c) Contrato de aluguel da sede da investida, sendo apresentado no Ativo o saldo a receber em 31/12/2021 de R$ 8 (R$ 7, em 31/12/2020) e na Receita o reconhecimento da receita de aluguel do período. (d) Dividendos aprovados em AGO. (e) Em agosto de 2021, a Companhia realizou pagamento da quantia de R$ 200 mil ao Sr. Silvano Gianni, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberado em reunião realizada em 26 de agosto de 2021 (não tendo Sr. Silvano participado daquela deliberação), por sua atuação como Conselheiro de Administração da coligada Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap"), cargo para o qual foi eleito por indicação da Companhia. O pagamento foi efetuado em reconhecimento a sua atuação em deliberações relevantes, na qualidade de Conselheiro junto a referida coligada. As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Compañia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A., Brasilcap Capitalização S.A. e Companhia de Participações Aliança da Bahia estão apresentadas nas notas explicativas 8.1 e 8.3.

23 Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução n° 432/2021), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	**173.654**	**198.916**
Ajustes contábeis	**(124.038)**	**(130.528)**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(119.639)	(129.871)
Créditos de alienação de ativos	(3.539)	(600)
Despesas antecipadas	-	(57)
Ativos intangíveis	(860)	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	**(14.914)**	**-**
PLA (Total) = PL + Ajus. cont. + Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. de Nível 2 e 3	**34.702**	**68.388**
Capital base (CB)	**8.100**	**15.000**
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	**6.676**	**8.694**
Capital de risco de subscrição	437	781
Capital de risco de crédito	5.044	5.387
Capital de risco operacional	379	377
Capital de risco de mercado	2.330	4.598
Correlação entre os riscos	(1.514)	(2.449)
Capital mínimo requerido (CMR)	**8.100**	**15.000**
Solvência = Razão entre PLA e CMR - %	**428%**	**456%**
Excesso de Capital - R$ mil	**26.602**	**53.388**

Em 31 dezembro de 2021, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo de Risco).

24 Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, a Resolução CNSP nº388, de 08 de setembro de 2020 e a Resolução CNSP nº 389, de 08 de setembro de 2020 que altera a Resolução CNSP nº 321, dispõem sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas: • **O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrou a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 389/2020 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 321/2015; • **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado. ✔ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição; ✔ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito; ✔ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional; ✔ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado; • **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco; • **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas. A Companhia, em primeiro momento de estudo, está considerando a proporção dos excessos de ativos líquidos de renda fixa sobre o capital de risco (CR). O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

25 Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez de cobertura das provisões técnicas

A exigência de ativos livres líquidos superiores a 20% do CR foi revogada pelo CNSP a partir de dezembro de 2021, passando a ser exigida a cobertura das provisões técnicas abaixo demonstradas:

	31/12/2021	31/12/2020
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas	30.444	32.385
Ativos Disponíveis para Garantia		
Títulos de renda fixa - Privados	-	26.443
Títulos de renda fixa - Públicos	-	45.120
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	36.262	-
Quotas de outros fundos de investimentos	24.016	-
Ações	10.689	17.510
Total de Ativos	**70.967**	**89.073**
Ativos Excedentes	**40.523**	**56.688**

26 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das demonstrações financeiras. A provisão, em sua maioria em "*run-off*", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres): Data-base: dezembro de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R$
BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATÉ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NO ANO DO AVISO	4.022	401	236	9	57	16	21	89	8	1	113	126
UM ANO APÓS O AVISO	3.852	180	87	6	42	15	17	38	118	1	113	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.084	190	89	7	45	15	17	39	123	1	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	4.361	265	102	7	46	15	18	80	10	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	4.620	293	108	8	48	15	19	89	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	5.569	312	192	8	49	16	21	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	6.311	323	199	8	52	16	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	6.665	336	205	8	57	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	7.645	347	214	9	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	7.835	362	236	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	8.187	401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	9.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	**9.199**	**401**	**236**	**9**	**57**	**16**	**21**	**89**	**10**	**1**	**113**	**126**
PAGAMENTOS EFETUADOS	577	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	**8.622**	**401**	**225**	**9**	**57**	**3**	**21**	**89**	**5**	**1**	**113**	**126**
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	**9.672**											

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres): Data-base: dezembro de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R$
BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATÉ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NO ANO DO AVISO	28.506	9.944	457	880	547	129	1.031	942	1.258	820	44	5
UM ANO APÓS O AVISO	39.225	4.441	101	182	246	122	623	668	909	726	44	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	44.079	4.508	159	221	278	130	685	731	1.042	892	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	45.620	4.708	192	257	330	140	773	807	1.258	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	55.635	6.846	222	300	365	149	875	942	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	65.606	7.868	287	337	400	171	1.033	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	71.284	8.500	319	372	468	178	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	78.547	8.576	352	414	547	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	83.925	8.933	390	880	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	89.652	10.885	457	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	97.477	11.697	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	107.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	**107.281**	**11.697**	**457**	**880**	**547**	**178**	**1033**	**942**	**1258**	**892**	**44**	**5**
PAGAMENTOS EFETUADOS	36.705	5.065	-	-	-	99	6	-	-	310	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	**70.576**	**6.632**	**457**	**880**	**547**	**79**	**1.027**	**942**	**1.258**	**582**	**44**	**5**
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	**83.029**											

RESUMO a e b	
PSL ADMINISTRATIVO	9.672
PLS JUDICIAL	83.029
PSL Retrocessões	915
TOTAL (Nota 20 b)	**93.616**

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo: Data-base: dezembro de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R$
LÍQUIDO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATÉ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NO ANO DO AVISO	991	14	46	1	31	16	10	53	6	1	113	126
UM ANO APÓS O AVISO	1.110	7	27	1	23	15	8	23	19	1	113	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	1.163	7	25	1	24	15	8	24	20	1	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	1.261	9	31	1	25	15	9	48	9	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	1.331	10	32	1	26	15	9	53	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	1.637	11	39	1	27	16	10	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	1.874	11	40	1	28	16	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	1.892	12	41	1	31	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	2.250	12	43	1	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	2.295	13	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	2.398	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	2.733	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	**2.733**	**14**	**46**	**1**	**31**	**16**	**10**	**53**	**9**	**1**	**113**	**126**
PAGAMENTOS EFETUADOS	134	-	11	-	-	13	-	-	5	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	**2.599**	**14**	**35**	**1**	**31**	**3**	**10**	**53**	**4**	**1**	**113**	**126**
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	**2.990**											

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial: Data-base: dezembro de 2021

TRIÂNGULO DE VALORES R$
LÍQUIDO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATÉ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
NO ANO DO AVISO	8.351	747	207	55	218	75	143	942	168	386	44	1
UM ANO APÓS O AVISO	11.249	398	44	10	107	89	93	668	132	343	44	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	12.872	413	72	12	123	94	102	731	145	429	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	13.215	450	87	14	137	100	114	807	168	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	15.802	582	100	17	152	106	129	942	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	18.259	712	131	19	166	124	146	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	20.463	779	145	21	187	124	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	22.493	679	160	23	218	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	24.048	721	177	55	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	26.527	849	207	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	29.677	882	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	32.622	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	**32.622**	**882**	**207**	**55**	**218**	**124**	**146**	**942**	**168**	**429**	**44**	**1**
PAGAMENTOS EFETUADOS	9.820	372	-	-	-	99	6	-	-	186	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	**22.802**	**510**	**207**	**55**	**218**	**25**	**140**	**942**	**168**	**243**	**44**	**1**
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	**25.355**											

27 Outras informações

27.1. Novas Normas - Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente: • **IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros -** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou esta norma em vigor em 1º de janeiro de 2019, mas ela ainda não foi referendada pela SUSEP. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). • **ICPC 22 -** Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro - Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não foi referendada pela SUSEP. • **IFRS 17 (CPC 50) -** Contratos de Seguros - Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, vigorando a partir de 1º de janeiro de 2023. Por estar a Companhia em "*run-off*" não foram avaliados os impactos da implementação desta nova norma. • **Resolução CNSP 416 de 20 de julho de 2021** - Essa Resolução dispõe sobre o Sistema de Controles Internos, a Estrutura de Gestão de Riscos e a atividade de Auditoria Interna e determina um cronograma de adequação com os seguintes prazos: até 30 de junho de 2022, para adequação aos Arts. 9, 10, 18, 21 e 35; e até 31 de dezembro de 2022, para adequação aos dispositivos: Art. 9, § 4º; Art. 10, § 7º, inciso II; Art. 15, § 2º; e Art. 29, § 3º, inciso IV. A Companhia, enquadrada como S3, está dentro do prazo das adequações da referida resolução. • **Circular 648 da SUSEP de 12 de novembro de 2021 -** O início da vigência da norma ocorreu na data da publicação apenas para os artigos 110 e 118 e para os demais artigos, a partir de 3 de janeiro de 2022.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, o Orçamento de Capital, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 e ainda com base nos documentos analisados, nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e considerando, os esclarecimentos complementares prestados pelos Auditores Externos - KPMG Auditores Independentes e o relatório emitido sem ressalvas em 23.02.2022, opinando os seus membros, por maioria de votos, que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados a Assembleia Geral Ordinária, para deliberação.

Salvador, 23 de fevereiro de 2022.

Raimundo Santos Silva - Presidente
Marcelo da Silva Pinho - Membro Efetivo
Elias de Matos Brito - Membro Efetivo
Sonia Lucia Nogueira da Silva - Membro Efetivo
Aldo Ferreira Brandão - Membro Efetivo

Conselho de Administração

Silvano Gianni - Presidente
José Maria Souza Teixeira Costa - Vice-presidente
Manoel Eduardo Pedreira Torres - Conselheiro

Diretoria

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho - Diretor Presidente
Rodrigo Ribeiro Accioly - Diretor
Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Paulo Pereira Ferreira - MIBA nº 507 - Atuário Independente

Ligia Barreto Sales Perrelli Macedo - Contadora - CRC - BA 027808/O-0

Parecer dos auditores atuariais independentes

Destinatário
Escopo de Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Base de Dados -** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2022
Paulo Pereira Ferreira
MIBA nº 507

Continua >>>

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

>>> Continuação

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA - CNPJ Nº 15.144.017/0001-90

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.
Salvador - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Exercício anterior não auditado - Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada como informação suplementar.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da (Companhia, Seguradora ou Resseguradora) (adaptar) e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 23 de fevereiro de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

D4Sign 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/*

7 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 25 de fevereiro de 2022, 20:58:56

BAL 0228 pdf

Código do documento 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825

Assinaturas

EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162
Certificado Digital
opec-noticiario@redebahia.com.br
Assinou

Eventos do documento

25 Feb 2022, 20:48:32
Documento 8c824875-2793-4402-b077-5039ceb7e825 **criado** por PAULO SERGIO DA SILVA (cc8a1131-3d9b-4e18-9746-58ab9eea1800). Email:paulo.silva@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-25T20:48:32-03:00

25 Feb 2022, 20:49:12
Assinaturas **iniciadas** por PAULO SERGIO DA SILVA (cc8a1131-3d9b-4e18-9746-58ab9eea1800). Email: paulo.silva@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2022-02-25T20:49:12-03:00

25 Feb 2022, 20:54:25
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162 **Assinou** Email: opec-noticiario@redebahia.com.br. IP: 189.89.148.42 (189-89-148-42.STATIC.itsweb.com.br porta: 55856). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A1,CN=EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162. - DATE_ATOM: 2022-02-25T20:54:25-03:00

Hash do documento original
(SHA256):7c8481c2791fcd84c6312c29761d44958c2f3020cfd00b818cbf267d6e30d8ae
(SHA512):ab7230c107a03f836720f583eb3ca8af4c27110bdf3f40701195d8ace0cfd01608a5f78d5ab225b6ce8bc3e5a7024b4d2949640fd4e910128b5f8d0c0fd68bb0

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign